

JOSÉ CELSO CARDOSO JR.

ANDRÉ GAMBIER CAMPOS

A SITUAÇÃO LABORAL DA AMÉRICA
LATINA NA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000

A SITUAÇÃO LABORAL DA AMÉRICA LATINA NA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000

JOSÉ CELSO CARDOSO JR.
ANDRÉ GAMBIER CAMPOS

1. APRESENTAÇÃO

Depois de pelo menos duas décadas (1980 e 1990) de grande instabilidade política, fortes oscilações econômicas e deterioração social marcante em praticamente todos os países da América Latina, a primeira década finda dos anos 2000 trouxe novo alento para a região, nessas dimensões político, econômico e social.

Talvez não tenha sido coincidência o fato de que, após a grande onda neoliberal com seu pacote uniforme de reformas liberalizantes ter gerado resultados pífios do ponto de vista econômico, certa mudança de orientação político-institucional à esquerda do espectro eleitoral tenha conseguido, em meio a ambiente externo extremamente favorável para a região, conciliar a manutenção da estabilidade de preços com a retomada de taxas de crescimento econômico algo superiores à média do período 1980-2000.¹

1 Por ambiente externo economicamente favorável entenda-se a situação em que o excesso de moeda estrangeira dentro dos países da região, verificado de modo mais ou menos geral entre os anos 2000-2008, ajuda – em contextos de política cambial relativamente flexível e rebaixamento de tarifas sobre bens importados – tanto a fazer convergirem os preços domésticos aos preços internacionais, equilibrando internamente a taxa de inflação, como ajuda a fazer aumentar o poder de compra das remunerações domésticas, o que incrementa o vetor da demanda interna ligada ao consumo das famílias sobre a taxa de crescimento nacional em cada caso. O excesso de moeda estrangeira (sobretudo dólares norte-americanos), por sua vez, adveio, na América Latina, entre 2000 e 2008, tanto por meio de abundância de liquidez internacional – que gera entrada líquida de recursos externos, seja para a aplicação nas bolsas de valores domésticas, seja para a compra de títulos públicos em moedas locais, seja, por fim, sob a forma de investimento direto estrangeiro – como por meio de saldo exportador positivo da balança de comércio exterior de cada país, fato decorrente sobretudo da elevação de preços das commodities sob demanda ou influência dos crescimentos norte-americano e asiático (mormente o “efeito China”) no período.

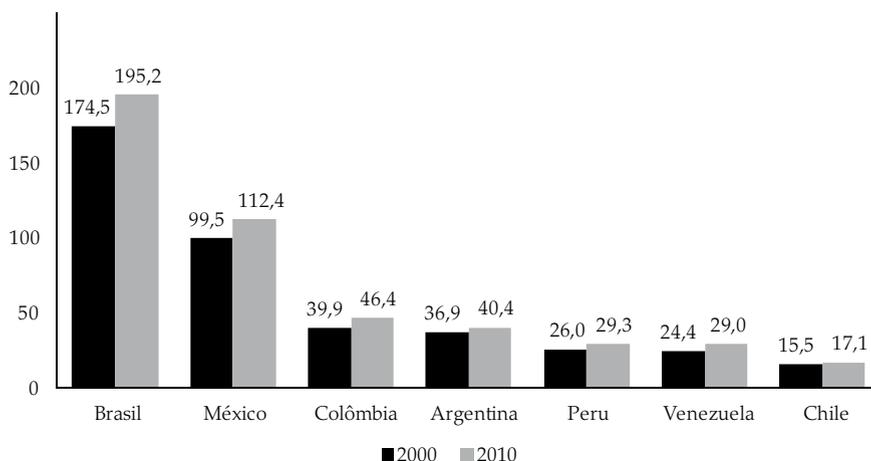
Essa conjugação de fatores, que chamamos de “democratização com certa esquerdização de posições político-institucionais”, aliada à compatibilização entre “retomada de certo crescimento econômico com manutenção da estabilidade inflacionária”, praticamente por toda a primeira década de 2000, é que teria permitido certo arrefecimento ou mesmo reversão de tendências sociais deletérias às populações desses países. Em especial, cumpre destacar o movimento algo pujante de reestruturação do mercado laboral em praticamente toda a América Latina, movimento que esteve associado a fenômenos ligados à recuperação da ocupação, em geral, da força de trabalho, à formalização dos vínculos empregatícios, ao aumento mais que proporcional das remunerações da base da pirâmide social, com a consequente melhora distributiva no interior da classe que vive do trabalho.

Este texto, portanto, analisa a situação laboral da América Latina nos anos 2000, por meio da análise de indicadores de mercado de trabalho de alguns de seus países mais populosos, quais sejam Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela. Inicia-se por um estudo dos agregados demográficos, como a população e a população em idade ativa (PIA – população com 15 anos de idade ou mais). A seguir, realiza-se uma análise dos agregados laborais, como a população economicamente ativa (PEA – parcela da PIA que se encontra no mercado de trabalho, como ocupada ou desocupada) e seus componentes, relativos à desocupação e à ocupação. Conclui-se então com um estudo um pouco mais detalhado da população ocupada, focado sobre o modo de estruturação da ocupação na região. A ideia que atravessa o texto é a de que, na década de 2000, o mercado laboral funcionou de maneira a incluir, com mais qualidade, grupos populacionais mais amplos (com a exceção parcial da população mexicana). Nas considerações finais, expõem-se algumas hipóteses para ajudar a explicar esse maior grau (e essa melhor forma) de inclusão laboral na América Latina.

2. POPULAÇÃO

Devido à variedade de realidades nacionais em toda a América Latina, esta análise da situação laboral concentra-se nos países que respondem pela maior parcela da população: Brasil, México, Colômbia, Argentina, Peru, Venezuela e Chile. Esse grupo responde por mais de 80% da população do total de 20 países latino-americanos entre 2000 e 2010 (Gráfico 1 e Tabela 1). Considerando os extremos entre tais anos, esse grupo apresenta um crescimento populacional de 12,7%, o que significa um aumento de 53,1 milhões de habitantes no período. Alguns países se destacam pelo crescimento mais expressivo, como Venezuela (19,0%) e Colômbia (16,4%), onde a transição demográfica aparece algo mais lenta. De outro lado, em outros países, essa transição parece ser mais rápida, pois já se nota um crescimento populacional menos significativo, como na Argentina (9,4%). Por sua vez, Brasil e México, que possuem os maiores contingentes de habitantes da América Latina, encontram-se em uma situação intermediária (11,8% e 12,9% de crescimento entre 2000 e 2010, respectivamente) (Gráfico 1 e Tabela 1).

Gráfico 1. População dos países da América Latina (2000 a 2010 - em milhões)



Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 1. População dos países da América Latina (2000 a 2010)

(Em milhões)	2000	2010	Var.2010-2000 (milhões)	Var.2010/2000 (%)
Brasil	174,5	195,2	20,6	11,8
México	99,5	112,4	12,8	12,9
Colômbia	39,9	46,4	6,5	16,4
Argentina	36,9	40,4	3,5	9,4
Peru	26,0	29,3	3,3	12,6
Venezuela	24,4	29,0	4,6	19,0
Chile	15,5	17,1	1,7	11,0
Subtotal (A)	416,7	469,8	53,1	12,7
Total América Latina (B)	509,8	577,3	67,6	13,3
(A) / (B) (%)	81,7	81,4	-	-

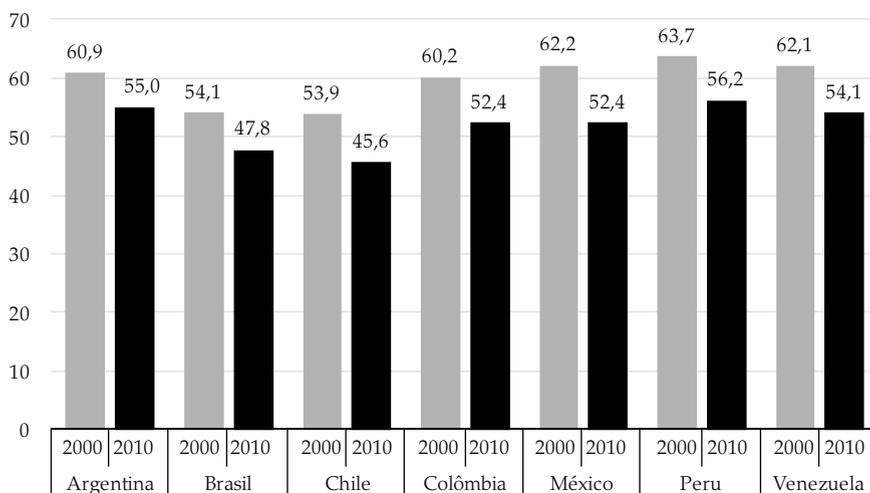
Fonte: Celade-Cepal/DPNU-NU.

Nos países analisados, o crescimento populacional ocorre em meio à transição demográfica, com o envelhecimento significativo da estrutura etária. Isso pode ser observado na oscilação dos componentes parciais da razão de dependência total, que diminui na Argentina (de 60,9% para 55,0%), no Brasil (de 54,1% para 47,8%), no Chile (de 53,9% para 45,6%), na Colômbia (de 60,2% para 52,4%), no México (de 62,2% para 52,4%), no Peru (de 63,7% para 56,2%) e na Venezuela (de 62,1% para 54,1%). Se a razão de dependência total diminui em todos os países, isso ocorre somente por conta do menor peso de crianças e jovens até 14 anos de idade na população, pois o peso dos idosos segue caminho inverso entre 2000 e 2010. A razão de dependência idosa, que reflete a população com 65 anos ou mais de idade, aumenta na Argentina (de 16% para 16,4%), no Brasil (de 8,5% para 10,2%), no Chile (de 11,2% para 13,4%), na Colômbia (de 7,6% para 8,6%), no México (de 8,5% para 9,9%), no Peru (de 7,9% para 9,4%) e na Venezuela (de 7,4% para 8,7%).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a diminuição da razão de dependência total se traduz, nos dias de hoje, na maior possibilidade de crescimento econômico dos países latino-americanos, com mais pessoas envolvidas na produção e distribuição de bens e serviços. Entretanto, da perspectiva das estruturas que se apoiam no mercado de trabalho e

que têm nele a sua base de custeio, como as estruturas previdenciárias e de saúde, o aumento da razão de dependência idosa coloca alguns desafios para o futuro, pois provavelmente significará maior necessidade de desembolsos, seja em termos de transferências monetárias, seja em termos de prestação de serviços (Gráfico 2 e Tabela 2).

Gráfico 2. Razão de dependência etária dos países da América Latina (razão total - 2000 a 2010 - em %)



Obs: Grupo infantil-juvenil: até 14 anos de idade. Grupo idoso: 65 anos de idade ou mais.

Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 2. Razão de dependência etária (infantil-juvenil, idosa e total) dos países da América Latina (2000 a 2010 - em %)

		Razão - Inf./Juv.	Razão - Idosa	Razão - Total	Razão - Total (Var.2010-2000 (%))
Argentina	2000	44,9	16,0	60,9	-
	2010	38,5	16,4	55,0	-6,0
Brasil	2000	45,6	8,5	54,1	-
	2010	37,6	10,2	47,8	-6,2
Chile	2000	42,8	11,2	53,9	-
	2010	32,2	13,4	45,6	-8,3
Colômbia	2000	52,6	7,6	60,2	-
	2010	43,8	8,6	52,4	-7,8
México	2000	53,7	8,5	62,2	-
	2010	42,5	9,9	52,4	-9,8
Peru	2000	55,8	7,9	63,7	-
	2010	46,8	9,4	56,2	-7,6
Venezuela	2000	54,7	7,4	62,1	-
	2010	45,4	8,7	54,1	-8,0

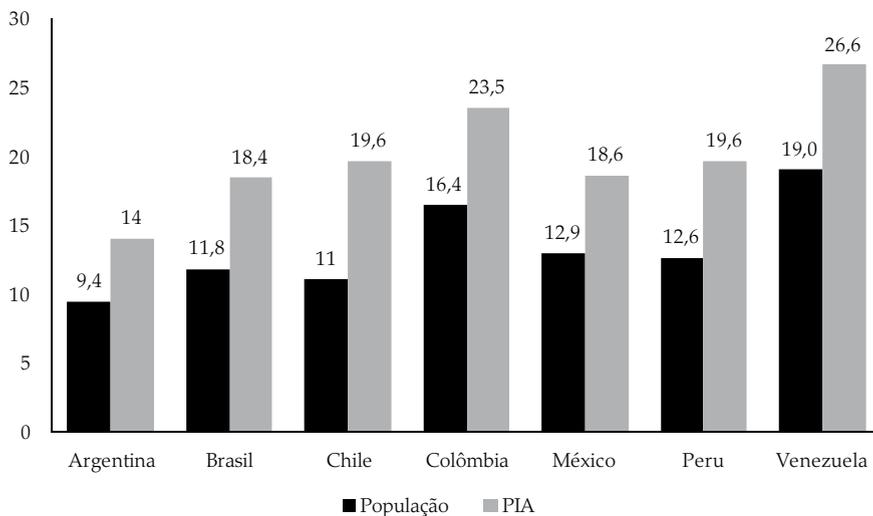
Obs: Grupo infantil-juvenil: até 14 anos de idade. Grupo idoso: 65 anos de idade ou mais.

Fonte: Celade-Cepal.

3. PIA E PEA

No grupo de sete países, a PIA apresenta crescimento mais elevado, quando comparado com o da população total. Entre 2000 e 2010, a primeira aumenta 19,1%, o que representa 56,9 milhões de pessoas, contra 12,7% da população em geral. Novamente, isso indica um avanço na transição demográfica, com um envelhecimento da estrutura etária latino-americana. Os crescimentos mais expressivos da PIA, tal como no caso da população total, são constatados na Venezuela (26,6%) e na Colômbia (23,5%), ao passo que o menos significativo se verifica na Argentina (14,0%). Brasil e México permanecem em posições intermediárias em termos de aumento da PIA em todo o período (18,4% e 18,6%, pela ordem) (Gráfico 3 e Tabela 3).

Gráfico 3. Comparação da evolução da população e da PIA dos países da América Latina (2000 a 2010 – em %)



Obs.: PIA: 15 anos ou mais.

Fonte: Celade-Cepal.

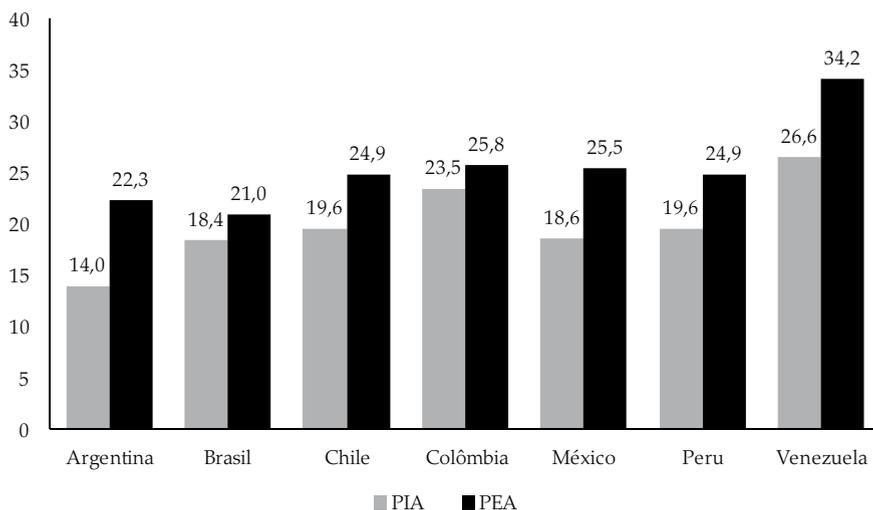
Tabela 3. População em idade ativa dos países da América Latina (15 anos ou mais - 2000 a 2010 – em milhões e %)

(Em milhões)	2000	2010	Var.2010-2000 (milhões)	Var.2010/2000 (%)
Argentina	26,6	30,3	3,7	14,0
Brasil	122,9	145,5	22,6	18,4
Chile	11,2	13,4	2,2	19,6
Colômbia	26,8	33,1	6,3	23,5
México	77,2	91,6	14,4	18,6
Peru	17,1	20,5	3,4	19,6
Venezuela	16,2	20,5	4,3	26,6
Total	298,0	354,8	56,9	19,1
(Em %)	2000	2010	Var.2010-2000 (%)	Var.2010/2000 (%)
Argentina	8,9	8,5	-0,4	-
Brasil	41,2	41,0	-0,2	-
Chile	3,7	3,8	0,0	-
Colômbia	9,0	9,3	0,3	-
México	25,9	25,8	-0,1	-
Peru	5,8	5,8	0,0	-
Venezuela	5,4	5,8	0,3	-
Total	100,0	100,0	0,0	-

Fonte: Celade-Cepal.

No que se refere à PEA, seu crescimento é ainda mais elevado que o da PIA. No conjunto dos países estudados, a PEA aumenta 23,6% entre 2000 e 2010 (o que significa 43,7 milhões de pessoas), contra 19,1% da PIA. Com as ressalvas examinadas adiante, esse aumento da PEA pode ser interpretado como indicador de um melhor funcionamento do mercado laboral na América Latina, bem como indicador de um maior grau de “inclusão” da população nos mecanismos primários de distribuição de renda ao longo do período. O crescimento da PEA é particularmente acentuado na Venezuela (34,2%) e menos destacado no Brasil (21%) e na Argentina (22,3%). Os demais países apresentam-se em situação intermediária, por volta de 25% de crescimento da PEA entre 2000 e 2010 (Gráfico 4 e Tabela 4).

Gráfico 4. Comparação da evolução da PIA e da PEA dos países da América Latina (15 anos ou mais - 2000 a 2010 – em %)



Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 4. População economicamente ativa dos países da América Latina (15 anos ou mais - 2000 a 2010 – em milhões e %)

(Em milhões)	2000	2010	Var.2010-2000 (mi- lhões)	Var.2010/2000 (%)
Argentina	15,5	19,0	3,5	22,3
Brasil	85,0	102,9	17,9	21,0
Chile	6,2	7,7	1,5	24,9
Colômbia	19,2	24,1	4,9	25,8
México	38,9	48,8	9,9	25,5
Peru	11,6	14,5	2,9	24,9
Venezuela	8,9	11,9	3,0	34,2
Total	185,3	228,9	43,7	23,6
(Em %)	2000	2010	Var.2010-2000 (%)	Var.2010/2000 (%)
Argentina	8,4	8,3	-0,1	-
Brasil	45,9	44,9	-0,9	-
Chile	3,3	3,4	0,0	-
Colômbia	10,3	10,5	0,2	-
México	21,0	21,3	0,3	-
Peru	6,2	6,3	0,1	-
Venezuela	4,8	5,2	0,4	-
Total	100,0	100,0	-	-

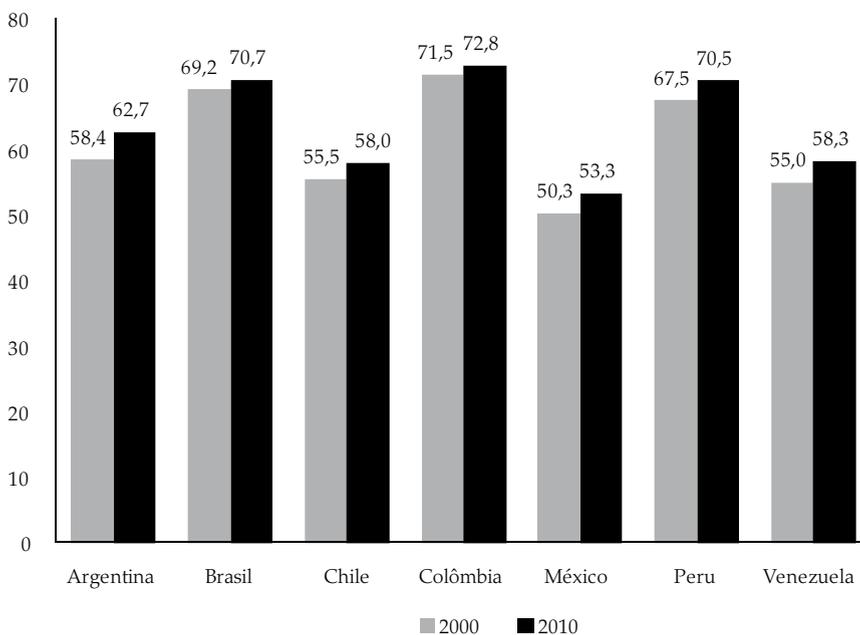
Fonte: Celade-Cepal.

O maior avanço da PEA em relação à PIA resulta no aumento da taxa de atividade ou de participação da população no mercado laboral da América Latina. Observando o conjunto dos sete países, a taxa cresce de 62,2% para 64,5% entre 2000 e 2010. E, focando em cada um dos países isoladamente, constata-se que a taxa cresce em todos, sem exceção. Alguns apresentam taxas de atividade em patamares mais altos, acima de 70% da PIA, como Brasil (70,7%), Colômbia (72,8%) e Peru (70,5%). Já outros exibem taxas que oscilam em níveis mais baixos, como Argentina

(62,7%), Chile (58%), México (53,3%) e Venezuela (58,3%). Mas, em todos os países, essas taxas crescem no período (Gráfico 5 e Tabela 5).

O aumento da taxa de atividade latino-americana deve-se principalmente à maior presença das mulheres no mercado de trabalho. Por um lado, apenas em três países (Argentina, Peru e Venezuela) registra-se crescimento da taxa entre a população masculina e, mesmo assim, em percentuais reduzidos (até 1,4%). Por outro lado, em todos os sete países analisados observa-se incremento da taxa em meio à população feminina em porcentagens da ordem de 7% (Argentina), 3,2% (Brasil), 5,2% (Chile), 3,2% (Colômbia), 5,9% (México), 4,5% (Peru) e 6,3% (Venezuela). Ou seja, aprofundando um movimento originado em décadas passadas, as mulheres ampliam sua participação no mercado laboral, o que também pode ser lido como indicador de um maior grau de “inclusão” desse segmento nos anos de 2000 a 2010, ainda que com as ressalvas apresentadas mais à frente (Gráfico 6 e Tabela 6).

Gráfico 5. Taxa de participação/atividade dos países da América Latina (15 anos ou mais - 2000 a 2010 – em %)



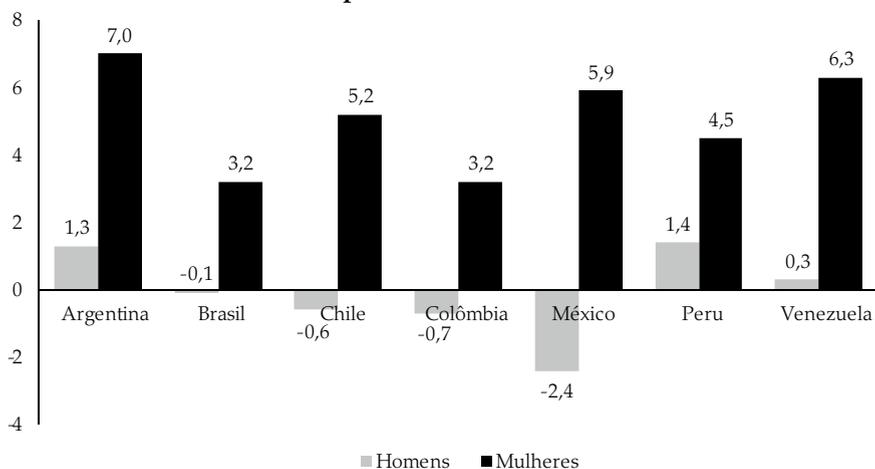
Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 5. Taxa de participação/atividade dos países da América Latina (15 anos ou mais - 2000 a 2010 – em %)

(Em %)	2000	2010	Var.2010-2000 (%)
Argentina	58,4	62,7	4,2
Brasil	69,2	70,7	1,5
Chile	55,5	58,0	2,4
Colômbia	71,5	72,8	1,3
México	50,3	53,3	2,9
Peru	67,5	70,5	3,0
Venezuela	55,0	58,3	3,3
Total	62,2	64,5	2,3

Fonte: Celade-Cepal.

Gráfico 6. Evolução da taxa de participação/atividade dos países da América Latina por sexo (2000 a 2010 – em %)



Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 6. Taxa de participação/atividade dos países da América Latina por sexo (15 anos ou mais - 2000 a 2010 – em %)

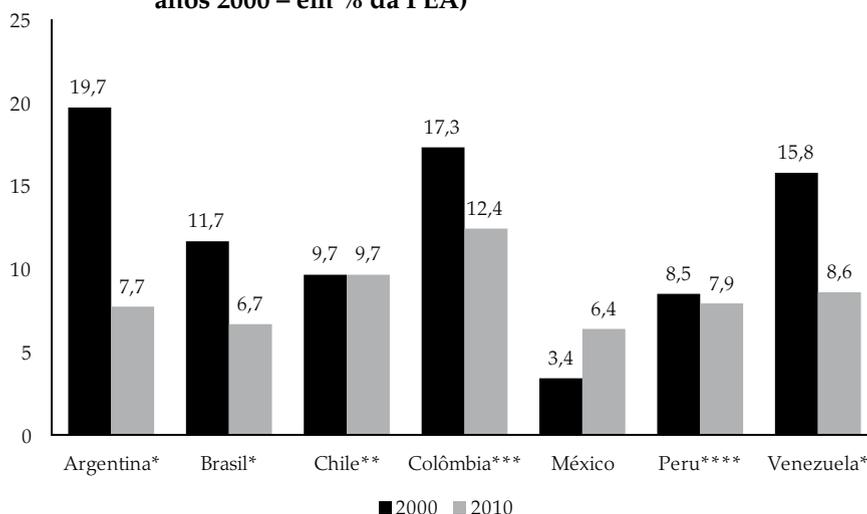
Homens	2000	2010	Var.2010-2000 (%)
Argentina	73,6	74,8	1,3
Brasil	83,1	82,9	-0,1
Chile	74,0	73,4	-0,6
Colômbia	86,4	85,7	-0,7
México	80,1	77,7	-2,4
Peru	78,7	80,1	1,4
Venezuela	72,8	73,1	0,3
Mulheres	2000	2010	Var.2010-2000 (%)
Argentina	44,3	51,3	7,0
Brasil	56,0	59,2	3,2
Chile	37,8	43,1	5,2
Colômbia	57,5	60,7	3,2
México	37,7	43,6	5,9
Peru	56,5	61,0	4,5
Venezuela	37,2	43,5	6,3

Fonte: Celade-Cepal.

4. DESOCUPAÇÃO

Ao analisar a PEA, a primeira coisa que salta aos olhos é o aumento do nível de ocupação, concomitante à diminuição do nível de desocupação, ao longo da década de 2000 na América Latina. Na maior parte dos países estudados, a taxa de desocupação cai acentuadamente, destacando-se a Argentina (de 19,7% para 7,7%), o Brasil (de 11,7% para 6,7%), a Colômbia (de 17,3% para 12,4%) e a Venezuela (de 15,8% para 8,6%). A taxa recua ligeiramente no Peru (de 8,5% para 7,9%) e se mantém no Chile (em 9,7%), sendo que o único país em que ela avança é no México, onde quase dobra (de 3,4% para 6,4%). Dessa maneira, se na maioria dos países a taxa de atividade aumenta entre 2000 e 2010, isso ocorre por meio da maior ocupação e da menor desocupação. Isso pode ser compreendido como indicador de um maior grau de “inclusão” do mercado laboral latino-americano. Se mais pessoas se dirigem a esse mercado, mais e mais pessoas o fazem na condição de ocupadas, excetuado o caso mexicano, por razões abordadas à frente (Gráfico 7 e Tabela 7).

Gráfico 7. Taxa de desocupação aberta (taxa anual média) em áreas urbanas dos países da América Latina (início e final dos anos 2000 – em % da PEA)



* O dado de 2000 é, na verdade, de 2002. ** O dado de 2010 é, na verdade, de 2009.

*** Inclui desemprego oculto. **** O dado é de Lima Metropolitana.

Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 7. Taxa de desocupação aberta (taxa anual média) em áreas urbanas dos países da América Latina (início e final dos anos 2000 – em % da PEA)

	2000	2010	Var.2010-2000 (%)
Argentina*	19,7	7,7	-12,0
Brasil*	11,7	6,7	-5,0
Chile**	9,7	9,7	0,0
Colômbia***	17,3	12,4	-4,9
México	3,4	6,4	3,0
Peru****	8,5	7,9	-0,6
Venezuela*	15,8	8,6	-7,2

* O dado de 2000 é, na verdade, de 2002. ** O dado de 2010 é, na verdade, de 2009.

*** Inclui desemprego oculto. **** O dado é de Lima Metropolitana.

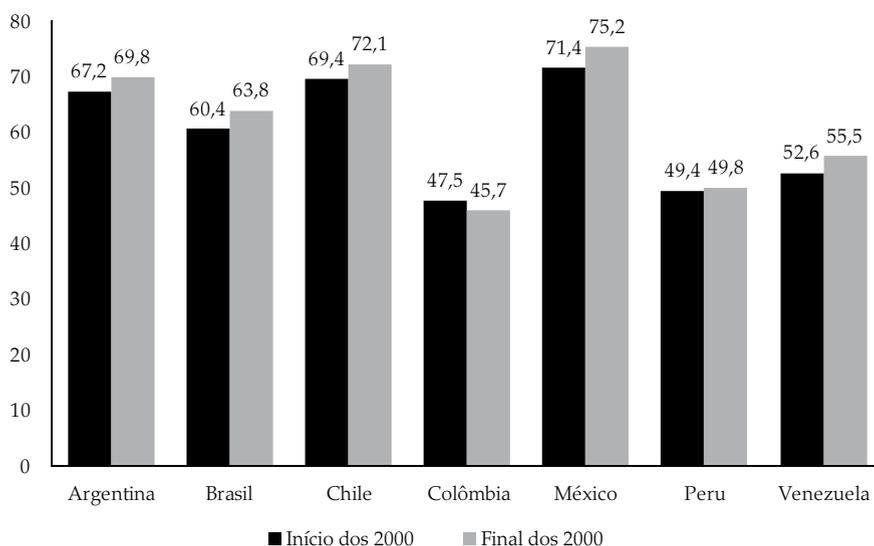
Fonte: Celade-Cepal.

5. OCUPAÇÃO

Outro aspecto que se destaca na análise da PEA é o maior grau de organização da estrutura ocupacional na maioria dos sete países estudados, o que pode ser traduzido, em alguma medida, na maior presença de trabalhadores assalariados nessa estrutura. Alguns países contam com taxas de assalariamento superiores, como Argentina (69,8%), Chile (72,1%) e México (75,2%). Outros possuem taxas intermediárias, como o Brasil (63,8%). Já outros contam com taxas inferiores, como Colômbia (45,7%), Peru (49,8%) e Venezuela (55,5%). Mas, em quase todos os países estudados, o assalariamento avança nos anos 2000 – com exceção do caso colombiano, em que ele recua 1,8%, e do peruano, em que ele se mantém estável.

Mesmo que esse contingente ainda tenha muito a crescer nos países da América Latina, a maior presença de assalariados na estrutura ocupacional, concomitante à menor presença de trabalhadores por conta própria e de outros tipos, pode ser lida como indicador de um melhor funcionamento do mercado de trabalho. Afinal, na maior parte dos países, os assalariados, ao menos aqueles registrados perante o Estado, possuem uma série de proteções, no âmbito laboral e extralaboral, que os demais tipos de trabalhadores não alcançam. Proteções relacionadas à estabilidade na ocupação, à garantia da remuneração, à limitação da jornada, à proteção contra acidentes/doenças, à garantia de aposentadoria e assim por diante (Gráfico 8 e Tabela 8).

Gráfico 8. Participação dos assalariados na ocupação urbana (início e final dos anos 2000 – em % do total da ocupação)



Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 8. Estrutura da ocupação urbana por posição (início e final dos anos 2000 – em % do total da ocupação)

		Empre-gadores	Assala-riados	Conta própria	Serviço doméstico	Total
Argentina	2002	4,0	67,2	23,9	4,9	100,0
	2010	4,5	69,8	19,0	6,7	100,0
		Empre-gadores	Assala-riados	Conta própria	Serviço doméstico	Total
Brasil	2001	4,7	60,4	26,2	8,7	100,0
	2009	4,8	63,8	23,0	8,4	100,0
		Empre-gadores	Assala-riados	Conta própria	Serviço doméstico	Total
Chile	2000	4,5	69,4	19,7	6,4	100,0
	2009	3,1	72,1	19,8	5,0	100,0
		Empre-gadores	Assala-riados	Conta própria	Serviço doméstico	Total
Colômbia	2002	5,1	47,5	41,9	5,5	100,0
	2010	4,9	45,7	45,3	4,1	100,0
		Empre-gadores	Assala-riados	Conta própria	Serviço doméstico	Total
México	2000	4,5	71,4	21,0	3,1	100,0
	2010	7,3	75,2	13,8	3,7	100,0

		Empre-gadores	Assala-riados	Conta própria	Serviço doméstico	Total
Peru	2007	6,2	49,4	39,6	4,8	100,0
	2010	6,2	49,8	39,9	4,1	100,0
		Empre-gadores	Assala-riados	Conta própria	Serviço doméstico	Total
Venezuela*	2002	5,5	52,6	39,3	2,6	100,0
	2010	3,5	55,5	39,6	1,4	100,0

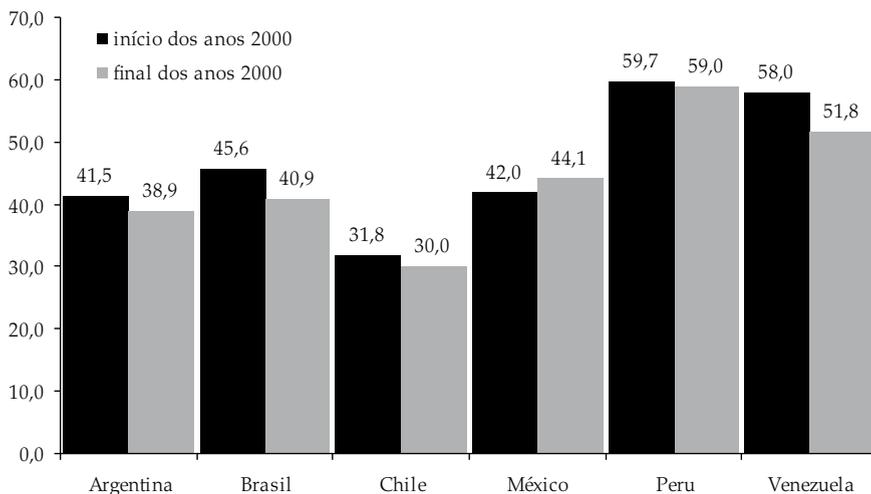
* Ocupação total (urbana e rural).

Fonte: Celade-Cepal.

O maior nível de organização da estrutura ocupacional dos sete países também pode ser observado na menor participação, ao longo da década de 2000, dos trabalhadores em ocupações informais ou de baixa produtividade, na categorização da Cepal. Elas incluem: i) empregadores e assalariados em microempresas; ii) trabalhadores por conta própria não-qualificados; e iii) assalariados domésticos. Em países que já exibiam maior grau de organização de sua estrutura ocupacional, diminui um pouco mais o peso das ocupações informais entre 2000 e 2010, como na Argentina (de 41,5% para 38,9%), no Brasil (de 45,6% para 40,9%) e no Chile (de 31,8% para 30%). Já em países que mostravam menor grau de organização, também se reduz um pouco o peso da informalidade, tal como na Venezuela (de 58% para 51,8%).

Na contramão dessa dinâmica latino-americana positiva estão o Peru, onde o peso das ocupações informais permanece estável (em torno de 59%) e, principalmente, o México, em que essas ocupações aumentam sua participação (de 42% para 44,1%). Seja como for, na maior parte dos países analisados, diminui a informalidade da estrutura ocupacional, o que pode ser entendido como indicador de um melhor funcionamento do mercado de trabalho na América Latina. É certo que as ocupações em microempresas, os serviços por conta própria não-qualificados e os serviços domésticos continuam com peso muito significativo. Mas não é menos significativa a redução de sua importância relativa nos anos 2000, pois os trabalhadores nessas ocupações raramente contam com as proteções acima descritas, concernentes ao âmbito laboral e extralaboral (Gráfico 9 e Tabela 9).

Gráfico 9. Ocupação urbana no setor informal (baixa produtividade) (início e final dos anos 2000 – em % do total da ocupação)



Obs: Não há informações comparáveis para a Colômbia entre o início e o final dos anos 2000.

Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 9. Ocupação urbana no setor informal (baixa produtividade) (início e final dos anos 2000 – em % do total da ocupação)

		Microem-presa - Em-pregadores	Microem-presa - As-salariados	Emprego domé-s-tico	Trabalhadores indep. não-qualificados	Total
Argentina	2002	2,9	15,2	4,9	18,5	41,5
	2010	3,2	14,3	6,7	14,7	38,9
		Microem-presa – Em-pregadores	Microem-presa - As-salariados	Emprego domé-s-tico	Trabalhadores indep. não-qualificados	Total
Brasil	2001	2,2	10,7	8,7	24,0	45,6
	2009	2,4	10,3	8,4	19,8	40,9
		Microem-presa – Em-pregadores	Microem-presa - As-salariados	Emprego domé-s-tico	Trabalhadores indep. não-qualificados	Total
Chile	2000	2,4	8,3	6,4	14,7	31,8
	2009	1,1	7,1	5,0	16,8	30,0

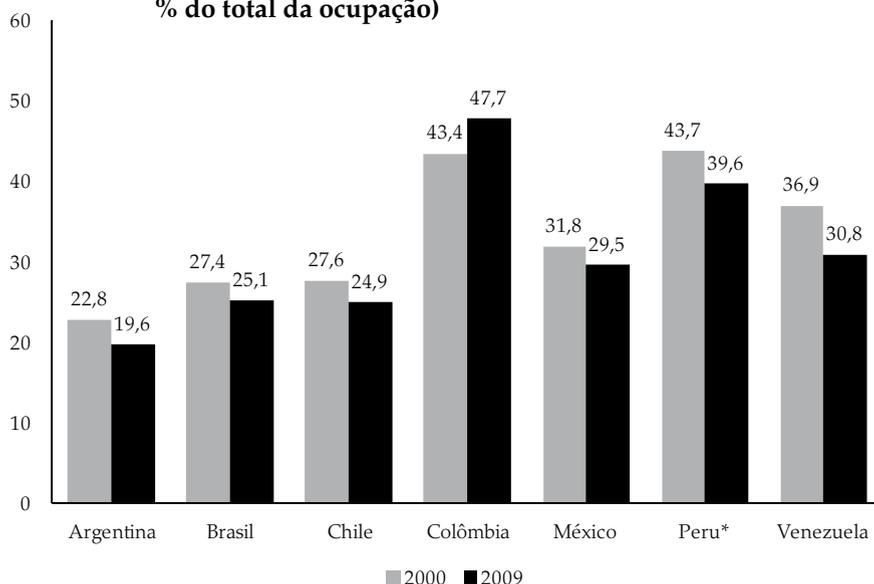
		Microem- presa – Em- pregadores	Microem- presa - As- saliados	Emprego domés- tico	Trabalhadores indep. não- qualificados	Total
Colômbia	2002	-	-	5,5	38,8	44,3
	2010	4,1	10,8	4,1	40,7	59,7
		Microem- presa – Em- pregadores	Microem- presa - As- saliados	Emprego domés- tico	Trabalhadores indep. não- qualificados	Total
México	2000	3,7	16,0	3,0	19,3	42,0
	2010	6,4	21,9	3,7	12,1	44,1
		Microem- presa – Em- pregadores	Microem- presa - As- saliados	Emprego domés- tico	Trabalhadores indep. não- qualificados	Total
Peru	2007	5,2	12,4	4,8	37,3	59,7
	2010	5,2	12,1	4,1	37,6	59,0
		Microem- presa – Em- pregadores	Microem- presa - As- saliados	Emprego domés- tico	Trabalhadores indep. não- qualificados	Total
Venezuela*	2002	4,6	13,2	2,6	37,6	58,0
	2010	2,8	10,3	1,4	37,3	51,8

Obs: Não há informações comparáveis para a Colômbia entre o início e o final dos anos 2000.

Fonte: Celade-Cepal.

De forma relacionada com os pontos anteriores, o maior grau de organização da estrutura ocupacional dos países latino-americanos, ao longo dos anos 2000, também pode ser visto na menor participação de trabalhadores em ocupações vulneráveis. Na classificação do Banco Mundial, elas incluem trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados. Em todos os países, reduz-se o peso das ocupações vulneráveis, seja naqueles que já exibiam maior grau de organização de sua estrutura ocupacional, como Argentina (de 22,8% para 19,6%), Brasil (de 27,4% para 25,1%) e Chile (de 27,6% para 24,9%), seja naqueles que mostravam menor grau de organização, como Peru (de 43,7% para 39,6%) e Venezuela (de 36,9% para 30,8%). A única exceção nesse cenário é a Colômbia, onde as ocupações vulneráveis passam de 43,4% para 47,7% do total de ocupações entre 2000 e 2009. De todo modo, excetuando o caso colombiano, nos demais países da América Latina, reduz-se a vulnerabilidade da estrutura ocupacional, o que também pode ser compreendido como indicador de um melhor funcionamento do mercado de trabalho (Gráfico 10 e Tabela 10).

Gráfico 10. Ocupação urbana vulnerável (ocupação por conta própria e familiar não remunerada) (início e final dos anos 2000 – em % do total da ocupação)



* O dado de 2009 é, na verdade, de 2008.

Fonte: Banco Mundial.

Tabela 10. Ocupação urbana vulnerável (ocupação por conta própria e familiar não remunerada) (início e final dos anos 2000 – em % do total da ocupação)

	2000	2009	Var.2010-2000 (%)
Argentina	22,8	19,6	-3,2
Brasil	27,4	25,1	-2,3
Chile	27,6	24,9	-2,7
Colômbia	43,4	47,7	4,3
México	31,8	29,5	-2,3
Peru*	43,7	39,6	-4,1
Venezuela	36,9	30,8	-6,1

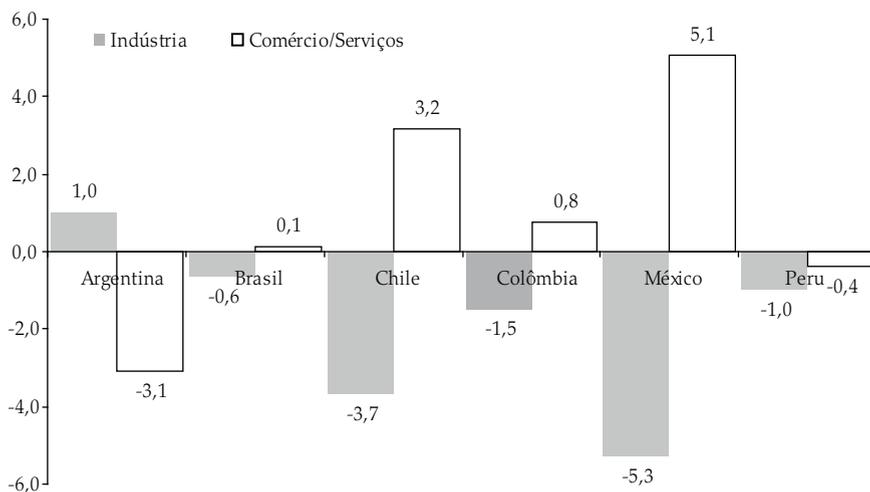
* O dado de 2009 é, na verdade, de 2008.

Fonte: Banco Mundial.

Por fim, entre 2000 e 2010, a distribuição da ocupação pelos diversos setores econômicos apresenta algumas variações nos sete países analisados. Na maior parte dos casos, a ocupação na indústria extrativa e de

transformação mostra decréscimo, ao passo que a ocupação no comércio e nos serviços segue caminho contrário, com acréscimo no número de trabalhadores. Mas as maiores variações na estrutura setorial da ocupação concentram-se em dois países específicos. Primeiramente, no México, onde os trabalhadores do setor secundário encolhem em nada menos que 5,3%, enquanto os do terciário se expandem em 5,1%. Adicionalmente, concentram-se no Chile, onde os trabalhadores da indústria reduziram em 3,7% e os do comércio/serviços ampliaram em 3,2%. Nos demais países, incluindo Argentina, Brasil, Colômbia e Peru, a estrutura setorial passa por oscilações menos acentuadas na década de 2000. Destaca-se o caso argentino, em que a ocupação no setor secundário aumenta 1%, ao passo que no setor terciário ela diminui 3,1%, na contramão da dinâmica verificada nos demais países latino-americanos (Gráfico 11 e Tabela 11).

Gráfico 11. Evolução da estrutura da ocupação urbana não-agrícola por setor econômico (início e final dos anos 2000 – em %)



Obs: Não há informações comparáveis para a Venezuela entre o início e o final dos anos 2000.

Fonte: Celade-Cepal.

Tabela 11. Estrutura da ocupação urbana não-agrícola por setor econômico (início e final dos anos 2000 – em % do total da ocupação)

		Indústria	Construção	Comércio/Serviços	Total
Argentina	2002	13,3	6,8	79,9	100,0
	2010	14,3	8,9	76,8	100,0
		Indústria	Construção	Comércio/Serviços	Total
Brasil	2001	17,1	8,4	74,6	100,0
	2009	16,4	8,9	74,7	100,0
		Indústria	Construção	Comércio/Serviços	Total
Chile	2000	17,7	9,2	73,1	100,0
	2009	14,0	9,7	76,3	100,0
		Indústria	Construção	Comércio/Serviços	Total
Colômbia	2002	17,9	5,9	76,2	100,0
	2010	16,4	6,6	77,0	100,0
		Indústria	Construção	Comércio/Serviços	Total
México	2000	22,9	8,2	68,9	100,0
	2010	17,7	8,4	74,0	100,0
		Indústria	Construção	Comércio/Serviços	Total
Peru	2007	16,3	5,7	78,0	100,0
	2010	15,3	7,1	77,6	100,0
		Indústria	Construção	Comércio/Serviços	Total
Venezuela	2000	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-

Obs: Não há informações comparáveis para a Venezuela entre o início e o final dos anos 2000.

Fonte: Celade-Cepal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina passou por transformações relevantes na década de 2000, que sinalizaram uma maior e também uma melhor inclusão da população nos circuitos de distribuição primária de renda, situados no mercado de trabalho. Isso pode ser examinado a partir do crescimento da PEA, alavancada pela participação das mulheres. E pode ser constatado também a partir do maior nível de ocupação, concomitante ao menor nível de desocupação em quase todos os países. No que diz respeito especificamente à ocupação, nota-se maior organização da sua estrutura, devido ao maior assalariamento e à menor informalidade na maioria dos paí-

ses. Assim, torna-se claro o sentido das transformações, que foi ampliar quantitativamente, bem como melhorar qualitativamente, a inclusão da população latino-americana nos mecanismos laborais de distribuição de rendimentos.

A importância disso só pode ser avaliada quando se recorda que, nos anos 1990, a dinâmica era o contrário. Em países como Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela, envolvidos em amplas mudanças econômicas, sociais e políticas, o mercado de trabalho funcionou de maneira a excluir diversos grupos da população. O nível de ocupação recuou, enquanto o de desocupação avançou, além de que a estrutura ocupacional se desorganizou, com menor assalariamento e maior informalidade, em meio a fortes câmbios na estrutura setorial. E, a partir daí, indaga-se: quais fatores econômicos, sociais e políticos podem responder pela mudança na dinâmica do mercado laboral latino-americano nos anos 2000? Esses fatores atuaram da mesma forma, na mesma direção e com a mesma intensidade em todos os países ou existiram variações, inclusive por conta do histórico laboral muito diferenciado entre eles? Mesmo que de modo incipiente e preliminar, há algumas pistas para ajudar a responder essas indagações.

Inicialmente, é necessário separar da realidade dos países da América do Sul a realidade mexicana, que, a propósito, é semelhante à dos países da América Central. No México, entre 2000 e 2010, há uma progressiva deterioração de seu modelo econômico industrial-exportador direcionado à América do Norte. Esse modelo foi construído desde 1986 no bojo de reformas liberais que incluíram a flexibilização dos mercados de bens, serviços e trabalho; a liberalização dos fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos; e a privatização dos papéis desempenhados pelo Estado. Tal modelo encontrou uma forma mais definida com a adesão do México ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) em 1992, em que se moldou uma economia industrial distinta da antes existente, voltada à exportação de manufaturados aos norte-americanos, por meio da sub-remuneração dos fatores produtivos, especialmente do trabalho, que teve sua regulação desconstruída. Essa economia testemunhou um crescimento acelerado do PIB mexicano até 2000, mas esse crescimento não se fez acompanhar de efeitos redistributivos em benefício da população, devido à insuficiência e à precariedade das iniciativas estatais, tanto

na seara laboral, por meio de políticas de seguro-desemprego e de salário mínimo, quanto na social, por meio de políticas de educação, saúde, previdência e assistência.

Note-se que essa insuficiência e precariedade das iniciativas estatais estiveram correlacionadas com o esvaziamento do Estado mexicano, ocorrido na esteira das reformas liberais. Por fim, quando a demanda por manufaturados da América do Norte se enfraqueceu a partir de 2001, não havia outro componente capaz de continuar a alavancar o crescimento do PIB (como o consumo das famílias). A partir daí, e por boa parte da década de 2000, os indicadores de mercado de trabalho, tal como acima examinados, passaram a refletir a deterioração do modelo industrial-exportador do México, parecido com o que ocorreu com alguns países da América Central.

Já quanto aos países da América do Sul, a realidade mostrou-se distinta. A partir de 1990, Brasil, Peru, Colômbia e Venezuela implementaram reformas liberais, enquanto Argentina e Chile aprofundaram aquelas iniciadas alguns anos antes. Grosso modo, a flexibilização dos mercados, a liberalização dos fluxos e a privatização das funções estatais provocaram a desorganização do modelo econômico vigente, que já apresentava sinais de exaustão desde pelo menos 1980, principalmente por conta do esgotamento da manufatura como fonte de dinamismo. Essa desorganização transpareceu no crescimento limitado e inconstante do PIB na região, o que, da perspectiva empresarial, esteve associado à redução da rentabilidade e ao desinvestimento de capitais, especialmente os manufatureiros. E da perspectiva laboral, esteve vinculado ao aumento da desocupação e à queda da remuneração do trabalho. Note-se que, em meio a isso, ocorreram diversas tentativas de estabilização das moedas nacionais, calcadas em políticas restritivas do ponto de vista monetário, cambial, crédito, fiscal e tributário, sendo que a natureza dessas políticas contribuiu ainda mais para o comportamento negativo do PIB na América do Sul. A situação começou a se alterar no início dos anos 2000, a partir do abandono, pelos Estados nacionais, dos aspectos mais restritivos das iniciativas de estabilização monetária, como pôde ser visto no Brasil e na Argentina. Esse abandono foi facilitado pelo novo modelo econômico que começava a se desenhar, primário-exportador e direcionado ao leste da Ásia. Os recursos

acumulados em função desse novo modelo permitiram manter as moedas estáveis, com uma menor contração monetária, cambial, creditícia e fiscal. E, assim, favoreceram o crescimento mais acelerado e constante do PIB, até pelo maior volume de investimentos diretos externos, que afluíram para a América do Sul com o cenário econômico menos contraído. Do ponto de vista das empresas, esse comportamento do produto significou mais rentabilidade e investimentos, ao passo que, do ponto de vista dos trabalhadores, traduziu-se em mais ocupação e remuneração, tal como surge nos indicadores laborais já examinados. Por fim, um aspecto do modelo econômico que começou a surgir no início da década de 2000 foi a importância das iniciativas estatais de redistribuição do PIB, por meio de políticas laborais e sociais. Fruto do sucesso das transições políticas democráticas dos anos 1980, ou então do fracasso das transições econômicas liberais dos 1990, a importância renovada das políticas laborais e sociais é um aspecto que distingue a experiência sul-americana da mexicana no período mais recente. Isso porque tais políticas significam uma aposta, por parte dos Estados nacionais, em uma multiplicidade de componentes capazes de alavancar o crescimento do PIB para além das exportações de bens agrícolas e minerais. E essa aposta, focada em componentes como o consumo das famílias, revelou-se importante a partir da crise econômica de 2008, quando a demanda externa encolheu na América do Norte e na Europa (e, em menor grau, também na Ásia). Mesmo com a crise, estabeleceu-se nos países da América do Sul uma dinâmica recíproca e positiva entre os indicadores de consumo interno, de política social e de mercado laboral, tal como visto anteriormente.